



ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT

Data: 16/03/2022

Horário: 14:00 horas

Local: – Híbrida (Casa dos Conselhos e Google Meet)

PRESENTES

PRESIDENTE DO CDEPLGBT/PE (GAYMADO) – Glauber dos Santos Stringlini
FÓRUM LGBT/PE – Lucas Lira Gomes
FÓRUM LGBT/PE – Jackson C. Júnior
REDE SAPATÃO – Adriana Gomes da Silva
REDE LGBT DO INTERIOR – Hewrya Maia Maria de Lima
REDE LGBT DO INTERIOR – Alzyr Antônio Sá Brasileiro
GTP+ – Geyson Vicente Coutinho da Silva
ARTJOVEM – Breno C. Gomes de Almeida
MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO – Jairo Gomes de Amorim
CANDACES – Maria Luiza de Rodrigues de Aquino
CANDECES – Rivânia Rodrigues da Silva
AMOTRANS – Maria Daniela Silvestre
GESTOS – Jair Brandão Moura Filho
NATRAPE – Caia Maria de Araújo Coelho
MOVIMENTO LGBT LEÕES DO NORTE – Marcone Costa de Menezes
SEPLAG – Ryan Paulo da Silveira Amorim
SEC. DA MULHER – Lucidalva Maria Nascimento
SE. DE DESEN. SOCIAL CRIANÇA E JUVENTUDE – Poliny Aguiar
SEC. TURISMO E LAZER – José Otávio Viana da Luz
SEC. DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS – Roseane Fátima de Q. Moraes
SEC. DE CULTURA/FUNDARPE – José Neto Barbosa
SEC. DE SAÚDE – Juliana Costa Cunha
SEC. DE EDUCAÇÃO E ESPORTE – Joana de Farias Melo
SEC. DE DEFESA SOCIAL – Jeanne Aguiar

SEC. EXECUTIVA DO CEDPLGBT – Iris de Fátima

CONVIDADOS (A):

OUIDORIA DA SDSCJ – Conceição Lemos

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

NÃO JUSTIFICARAM

**SEC. DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;
SEC. DE TRABALHO, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO.**

PAUTA

- Aprovação das atas 39ª e 40ª;
- Eleição da presidência do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT;
- Planejamento do CEPLGBT/PE;
- Envio de ofício ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE);
- Seminário para todos os Conselhos Municipais LGBT/pe de forma híbrida;
- Denúncia na Escola de Referência em Ensino Médio - EREM João Oliveira de Lima;
- Informes.

DESENVOLVIMENTO

A 41ª Reunião Ordinária do Pleno do CEDPLGBT/PE, inicia-se às 14:30 com as boas-vindas do presidente, o conselheiro Glauber Stringlini, informa que já temos quórum, podemos iniciar o pleno com o número de conselheiros e conselheiras presentes, solicita que todos, todas e todes se apresentem, em seguida faz a leitura do ponto de pauta solicitando inclusão de três pautas, sendo elas: o *preenchimento do campo do Boletim de Ocorrência da Polícia Civil*, as ações para o *17 de Maio – Dia Internacional de Combate à LGTBfobia*, e a *denúncia de transfobia feita na Escola de Referência em Ensino Médio - EREM João Oliveira Lima*, todos, todas e todes concordam com a inclusão na pauta, imediatamente inicia a discussão sobre a eleição para presidência e comissões do CEDPLGBT/PE, mandato 2022/2024, como prevê o regimento. A sugestão da sociedade civil para presidir o conselho é o nome de **Lucas Lira Gomes**, conselheiro representante do Fórum LGBT de Pernambuco, e a candidata à presidência do conselho indicada pelos conselheiros que compõem o governo, foi a conselheira, **Poliny**. Nesse primeiro mandato, como prevê o regimento a alternância entre sociedade civil e governo, a conselheira Poliny assume a presidência, enquanto Lucas Lira assume a vice-presidência e no ano subsequente, Poliny torna-se vice-presidente para Lucas assumir a presidência. O atual Presidente do CEDPLGBT, Glauber, abriu a votação nominal e todos presentes votaram a favor.

Dando continuidade, Jair Brandão assume a fala trazendo de sugestão para a formação das comissões a leitura do regimento para conceituar o que cada comissão tem de atribuição, e ainda pontua que essa discussão deve ser feita em uma das reuniões de planejamento do conselho, onde será feita a composições com nomes que as irão assumir; Jair argumenta que é necessária uma conversa aprofundada acerca das comissões, destacando a importância da participação ativa nas comissões, Brandão coloca que a comissão precisa funcionar. A proposta de Jair foi aprovada no Pleno por maioria dos conselheiros, e foi decidido deliberar as comissões na reunião de planejamento do conselho.

É facultada a fala aos conselheiros que queiram comentar sobre a sugestão de Jair, e Hewrya pontua a dificuldade de participação tanto nas comissões quanto nas reuniões do pleno presenciais devido os companheiros da Rede LGBT do Interior morarem distantes da Sede do conselho e por isso ela acabar sempre sendo a representante presencial do coletivo, e cobra um orçamento para inclusão do interior nas reuniões presenciais e atividades do conselho, Alzyr

reitera a fala da companheira Hewrya.

O companheiro Jair Brandão retoma a fala para reforçar os meios que os conselheiros têm para participar presencialmente do pleno, visto que o conselho dispõe de orçamento e é respaldado pelo regimento para viabilizar transportes dos conselheiros que residem afastados da capital Recife, onde é sediado o conselho, defendendo que a captação de passagens seja feita de forma anual a contemplar todo o calendário do Pleno, ao invés de ser mensalmente.

Breno Gomes traz uma questão de ordem para retificação da ata 39^a, que foi acatada pelo Pleno, aprovando somente a ata 40^a.

A representante do Centro Estadual de Combate à Homofobia, começa a dialogar a respeito da pauta que versa sobre o preenchimento do boletim de ocorrência, no qual é apresentado ao pleno um instrumental para construção de uma planilha que será enviada à Polícia Civil de Pernambuco para atualização na instituição, é posto ainda pela conselheira Poliny que será também cobrado ao órgão um retorno. Natália, que fala pelo Centro, discorre que essa discussão já foi feita em outro momento com o conselho e a polícia, porém foi constatado pelo Dr. Maxwell – Promotor do Núcleo de Direitos Humanos de Pernambuco, que o preenchimento teria sido feito de forma errônea, e por isso retomamos a pauta para redesenhar a planilha com mais detalhes e reenviá-lo a fim de cobrar a correção. Além do preenchimento correto dos campos do boletim, a polícia deverá apresentar o detalhamento para aprovação do conselho, como forma de monitorar se o preenchimento está sendo feito de forma correta.

Como questão de ordem, o conselheiro Marcone recomenda que seja feita uma extraordinária para discutir somente sobre o documento, visto que já foi posto há três anos atrás e se ainda se estende até o momento é porque precisa de uma sensibilidade na hora de redigir e também aprovar, entendendo ser necessária a apreciação por reunião extraordinária, com pesquisa e consulta a pessoas da área. A problemática do preenchimento é trazida também pra questionar os parâmetros de identidade de gênero e de sexo, que são vistos em separado, quando na verdade são campos complementares. Essa deficiência no boletim, no atendimento de forma geral, afasta a população LGBTQIA+ dos espaços de atendimento e gera também dados defasados. Principalmente porque a cobrança é feita às vítimas que são pressionadas a frequentar esses espaços mesmo quando são sujeitas a constrangimentos, quando deveriam ser acolhidas e respeitadas.

Jair coloca como encaminhamento uma reunião extraordinária, após o

instrumental ser enviado para os conselheiros e avaliado, ser debatido o documento e o pleno concorda com o encaminhamento. Em observação, Natália retorna para esclarecer que o uso incorreto de algumas nomenclaturas, mas que mesmo assim os dados eram computados como *LGBTfobia*, e reitera que é necessário fazer a correção e monitoramento desse preenchimento com o recolhimento dos dados junto à polícia civil para evitar a reincidência dos erros. A conselheira Poliny ratifica que o documento segue o padrão do mesmo que foi discutido inicialmente (há três anos atrás) e que este foi atualizado com informações que integram a cartilha, também confirma que é muito importante a manutenção dessas informações conforme o recolhimento dos dados e o passar do tempo, visto que são muitas ramificações dentro da comunidade LGBTQIA+. Assim, a conselheira Roseane, pontua que a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ) vem discutindo um processo de formação dos profissionais das delegacias a fim de prepará-los para um atendimento humanizado e adequado para as vítimas de violências *LGBTfóbicas*, além de frisar que esses profissionais precisam também entender do que se tratam todas essas informações e nomenclaturas pois assim os dados serão muito melhor construídos. Poliny pergunta se há inscritos para comentar, e Maria Daniela Silvestre fala sobre os avanços que o conselho precisa fazer diante da participação dos conselheiros e de como é indispensável garantir que a atualização proposta pelo conselho para o boletim seja realmente respeitada e cumprida, sem mais inscritos a pauta é encerrada.

Prosseguindo o pleno, o Presidente Glauber trata da pauta seguinte refere-se ao planejamento, dizendo que já encaminhou para a SDSCJ um ofício pedindo a organização de um espaço onde seriam garantidas três estadias (incluindo hospedagem e alimentação) nas datas oito (08), nove (09) e dez (10) de abril onde após a resposta dessa secretaria, o conselho buscará outros apoios para liberação de recurso via demais secretarias do estado. Ele ainda informa que o ofício já teria sido enviado devido a burocratização e otimização de tempo. Após sua fala, Jair Brandão se inscreve e comenta que para além de um orçamento ou espaço é preciso ter uma construção imediata com uma programação previamente discutida. Brandão indica que seja formada uma equipe com quatro membros, respeitando a paridade entre sociedade civil e gestão, para construir a apresentação de uma metodologia e agenda do planejamento e que após isso o conselho delibere acatando ou fazendo as alterações que achar interessante. Glauber consulta o conselho sobre a aprovação dessa pequena comissão para

definir um plano de ação para a metodologia do planejamento e sua agenda, os conselheiros presentes concordam com a criação e indicam o nome de Ryan Paulo da Silveira Amorim, Lucas Lira Gomes, Poliny, Rivânia Rodrigues da Silva, Jair Brandão de Moura Filho e Caia para compor a comissão, que será responsável por gerir a metodologia do planejamento e também sua agenda, assim finalizando essa pauta.

Trazendo a pauta do 17 de maio, Glauber sugere a captação de recursos para fretar um ônibus onde quem estiver disponível participar da grande marcha, além de alimentação e demais custos, em formato de “bate e volta”. Facultada a fala, Malu Aquino pontua que a mobilização de recursos deve ser feita pra levar os conselheiros para a atividade e que essa arrecadação deve ser feita por um órgão, ou até mesmo que esse custo entre no orçamento do conselho, e não vê necessidade dos conselheiros fazerem nenhum tipo de “cota” ou “vaquinha”, Malu encerra sua contribuição. Jair Brandão ressalta que é de extrema importância a presença de “Pernambuco em peso” nessa marcha por entender que é o momento perfeito para o público LGBTIA+ ocupar os espaços de discussão política, ainda mais se tratando de uma atividade referente a nossa causa. Desta feita, Jair delibera que a SDSCJ garanta a ida dos conselheiros/as/es para a marcha declarando que essa também é uma obrigação do conselho para com seus membros, antes de abrir para votação, ele ainda argumenta que não cabe a este conselho discutir o apoio de outras instituições para a viabilização do deslocamento de movimentos sociais que também queiram estar presentes na marcha, pois estes movimentos são dotados de autonomia para tal feito. O conselho pode apoiar esses movimentos contribuindo da forma que for possível, mas ele não deve ser o protagonista dessa atividade, ou até mesmo o único envolvido, de forma que são questões distintas que não devem se anular, mas são paralelas, e por isso ele entende que se o conselho arcar com seus custos e os movimentos sociais (e demais interessados na atividade) conseguirem apoio de outras secretarias, instituições, parlamentares e etc., será possível garantir uma grande delegação na marcha com participação de diferentes coletivos e movimentos, com isso Jair Brandão encerra sua declaração.

Avançando com a pauta, Caia começa a discorrer sobre o processo de desburocratização da retificação de pessoas trans, ou seja, esse procedimento deixaria de ser judicial passando a ser de competência apenas dos cartórios de registro civil, não necessitando mais da tutela jurídica. Ela retrata que após essa

decisão, ficamos aguardando um posicionamento do Conselho Nacional de Justiça de modo a unificar a forma como os cartórios devem tratar das retificações. O problema é que os cartórios emitem apenas o primeiro documento (a certidão de nascimento) e os demais órgãos, ficaram a “modo da casa”, acrescenta a conselheira, e isso foi agravado pela pandemia. Um dos órgãos que ela cita de exemplo é o Tribunal Regional Eleitoral que permitia a alteração de dados cadastrais como zona eleitoral, retificação de nome, porém a foto do eleitor não podia ser alterada, mesmo o eleitor já utilizando o cadastro biométrico e o próprio título passando a ser virtual e não mais físico. Isso gerou grande abstenção nas eleições de 2020, já que pessoas trans e travestis se recusaram a passar pelo constrangimento de terem suas identidades questionadas. A conselheira Poliny sugere de encaminhamento o envio de uma Carta Recomendação para anexar no ofício a instituição responsável por cobrar o Superior Tribunal Eleitoral dessa alteração, e os demais conselheiros se posicionam favoráveis, encerrando a discussão dessa pauta.

Dando prosseguimento, Glauber aponta a ideia de fazer um encontro estadual com todos os conselheiros municipais do Estado de forma híbrida, onde quem não conseguir estar presente, poderá contribuir de forma virtual, a conselheira Poliny indica que seja feita uma formação com os conselhos municipais por meio desse encontro, intencionando o fortalecimento dos conselhos já existentes e despertando interesse em outros municípios que ainda não têm o órgão formado, Jair Brandão dá destaque que deva existir uma pauta para ser trabalhada no seminário, que se refira a alguma data do nosso calendário político para que não fique tão solto e dentro dessa pauta seja feita a formação e fortalecimento elencado por Poliny. Todos os presentes no pleno votam a favor e fica deliberado que em junho ocorra o primeiro seminário dos conselhos municipais de forma híbrida.

O presidente Glauber prossegue a pauta, trazendo a denúncia feita a ele de um adolescente que estaria sofrendo transfobia na Escola de Referência em Ensino Médio - EREM Oliveira Lima, onde seu nome social não estaria sendo respeitado na chamada, nem no âmbito escolar. Após a denúncia, os conselheiros Poliny e Glauber fizeram uma visita ao colégio e procuraram a vítima para conversar que estava acompanhada de sua irmã e sua mãe que manifestaram interesse em visitar o centro de acolhimento para proceder a retificação dos documentos e assim sanar esse problema. Ainda na conversa com o jovem rapaz, a família declarou que já vem há quase um ano tentando

realizar a atualização dos documentos sem sucesso por encontrar dificuldades dentro da própria escola. Glauber fez orientações para que o rapaz possa adquirir a documentação necessária sem ficar à mercê da secretaria da escola, após a visita dos conselheiros, Adrian retornou em ligação que conseguiram resolver a documentação com a escola, afirmando ter sido positiva a chegada de Glauber e Poliny para resolução do problema. A conselheira Poliny coloca que encaminhará o caso para que a secretaria de educação faça o acompanhamento e formação dos profissionais para que casos como esse não voltem a ser tratados de maneira incorreta. Funcionários informaram que uma professora e a secretária do EREM Oliveira Lima teriam resistência em garantir ao garoto o uso do seu nome social, mas que a escola de forma geral era acolhedora. O conselheiro Marcone se inscreveu para sugerir que a sec. de educação faça um levantamento de quais escolas têm feito formação sobre o tema, de que forma e quais temáticas vêm sendo abordadas. Poliny tira como encaminhamento o envio de ofício para a sec. de educação cobrando esse levantamento e também solicitando a realização de uma capacitação na EREM Oliveira Lima e o pleno se posiciona de acordo.

O presidente Glauber encaminha a reunião para as considerações finais, agradecendo a todos, todas e todes pela participação e agora passaremos aos informes. Após os informes serem todos registrados, a companheira Polily agradece e parabeniza a gestão do Conselheiro Glauber que presidiu este conselho representando a Sociedade Civil muito bem e dá as boas vindas ao Conselheiro Lucas Lira que também representa a sociedade civil na nova gestão. Glauber encerra o pleno agradecendo a todos, todas e todes por toda ajuda nesse mandato que não foi fácil mas que foi muito positivo para o conselho diante de todas as conquistas.

ENCAMINHAMENTOS

- Reunião extraordinária para construção do documento apresentado para o preenchimento do Boletim de Ocorrência.
- Encaminhar solicitação à SDSCJ para participação do conselho na marcha do dia 17 de Maio.
- A conselheira Caia Maria fica responsável por fazer uma Carta Recomendação e encaminhar anexado ao ofício para a instituição responsável por cobrar ao Superior Tribunal Eleitoral ações para alteração da foto de pessoas trans e travestis no cadastro biométrico.
- Enviar ofício para a Secretaria de Educação cobrando um levantamento das formações feitas nas escolas do Estado e a realização de uma capacitação na EREM Oliveira Lima.
- Seminário para todos os Conselhos Municipais de forma Híbrida.

INFORMES

- O GTP+ na pessoa de Geyson Vicente Coutinho da Silva, anuncia que estão fazendo testagem rápida para o vírus HIV/AIDS semanalmente no Parque do Carmo, na praça da Soledade nas terças e sextas-feiras, das 14:00h às 17:00h e também na própria instituição do grupo das 09:00h às 17:00h.
- Caia traz o informe que será recebida pela vice-Governadora, na segunda-feira de carnaval que o encontro foi mobilizado pela grande preocupação com o esporte, a reunião ficou marcada para o dia 04 de Abril.
- Ainda com a fala, Caia pontua que a NATRAPE continua fazendo distribuição de cestas básicas para pessoas trans e travestis em situação de vulnerabilidade alimentar devido a pandemia, e solicita que se alguém tiver conhecimento de casos dessa população passando por vulnerabilidade alimentar dentro de todo o estado de Pernambuco, pode entrar em contato com a NATRAPE.
- A conselheira Rivania Rodrigues, traz a informação que o Congresso

de Mulheres Lésbicas e Bissexuais - CONLESBI, abriu as inscrições de curso para mulheres lésbicas e bissexuais em parceria com a FAFIRE e diversos coletivos LGBT's e pede aos conselheiros para ajudar na mobilização principalmente da juventude LGBTQIA+ que participem. A fim de construir uma sociedade livre e plural.

- Jair informa que será realizado um seminário voltado para prevenção combinada do HIV para o público LGBTQIA+ e profissionais de saúde.
- A GESTOS ainda traz que a partir do mês de abril estará fazendo encontros com mulheres trans e travestis acima de cinquenta anos com o projeto Travestis Também Envelhecem, onde o conselho municipal da pessoa idosa está apoiando.
- O Movimento LGBT Leões do Norte, dia oito de dezembro completou 20 anos e dia 25 de março estará pleiteando o orçamento do livro na ALEPE às 09:00h da manhã, e convida o conselho para estar presente nesse momento importante da história do movimento.

Diante disso, nada tendo mais a acrescentar a secretária executiva Íris de Fátima, lavra a presente ata.

Recife, 16 de Março de 2022

**Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e
Juventude**

Secretaria de Segmentos Sociais